



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 154 /2026

Assunto: Informações da Prefeitura Municipal acerca da existência de protocolos, medidas institucionais, programas e ações voltadas à prevenção de riscos psicossociais, combate ao assédio moral institucional e promoção da saúde mental dos servidores públicos municipais.

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como à Secretaria Municipal competente, para que encaminhem a esta Casa Legislativa as seguintes informações:

1. O Município possui protocolo institucional específico voltado à promoção da saúde mental dos servidores públicos municipais?

2. Existem normas internas, regulamentos, cartilhas, orientações técnicas ou procedimentos administrativos relacionados à:

prevenção ao assédio moral;

prevenção ao assédio sexual;

prevenção à violência psicológica institucional;

combate à sobrecarga excessiva de trabalho;

prevenção ao adoecimento psicológico;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

acolhimento de servidores afastados por transtornos mentais;

prevenção da síndrome de burnout;

prevenção de riscos psicossociais no ambiente de trabalho?

3. O Município possui regulamentação específica para recebimento, apuração e acompanhamento de denúncias de assédio moral institucional?

4. Existe canal oficial, sigiloso e independente para denúncias relacionadas a:

assédio moral;

perseguição funcional;

violência psicológica;

constrangimentos reiterados;

discriminação interna;

abuso de autoridade no ambiente de trabalho?

5. Há comissão, grupo de trabalho, setor, departamento ou equipe técnica responsável pelo acompanhamento da saúde mental dos servidores municipais e pela prevenção ao assédio moral e violência institucional?



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

6. O Município realiza acompanhamento estatístico sobre:

afastamentos por transtornos psicológicos;

burnout;

depressão;

ansiedade;

síndrome do pânico;

doenças relacionadas ao ambiente de trabalho;

readaptações funcionais decorrentes de adoecimento mental?

7. Quantos servidores foram afastados por motivos relacionados à saúde mental nos últimos 5 anos, especificando:

quantidade por ano;

secretaria de origem;

tempo médio de afastamento;

número de readaptações funcionais realizadas?

8. Existem programas de apoio psicológico, atendimento psicossocial, acompanhamento ocupacional ou acolhimento aos servidores municipais?



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

9. O Município promove treinamentos ou capacitações periódicas para gestores, chefias e coordenadores sobre:

prevenção ao assédio moral;

gestão humanizada;

saúde mental no serviço público;

prevenção de riscos psicossociais;

prevenção de violência psicológica institucional?

10. O Município já iniciou adequações às recentes atualizações da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), especialmente quanto ao gerenciamento de riscos psicossociais no ambiente de trabalho?

11. O Município possui protocolo específico para prevenção e apuração de situações caracterizadas como assédio moral institucional, incluindo:

isolamento deliberado de servidores;

exclusão de reuniões e decisões;

retirada injustificada de atribuições;

monitoramento excessivo e constrangimentos;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

perseguições após denúncias;

exposição vexatória;

críticas reiteradas e direcionadas;

desqualificação profissional contínua;

disseminação de boatos;

ataques à reputação funcional;

tratamento discriminatório;

humilhações veladas ou silenciosas?

12. Há levantamento interno identificando setores com maior índice de:

afastamentos psicológicos;

denúncias internas;

conflitos organizacionais;

rotatividade funcional;

readaptações relacionadas ao ambiente laboral?

13. O Município possui programas de mediação institucional, prevenção de conflitos ou promoção de ambiente organizacional saudável?

14. O Município possui canais exclusivos, sigilosos e seguros destinados ao recebimento de denúncias relacionadas a:



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

assédio moral;

assédio sexual;

perseguição funcional;

violência psicológica;

discriminação institucional;

abuso de autoridade?

15. O Município adota medidas de proteção ao servidor denunciante, visando evitar retaliações, perseguições ou constrangimentos após formalização de denúncias?

16. O Município realizou adequações internas inspiradas nas diretrizes da Lei Federal nº 14.457/2022, especialmente quanto à prevenção e combate ao assédio e à violência no ambiente de trabalho?

17. Existem campanhas educativas, treinamentos periódicos ou ações de conscientização voltadas à prevenção de assédio moral e promoção de ambiente organizacional saudável?

18. Caso não existam protocolos ou políticas estruturadas sobre saúde mental e prevenção de riscos psicossociais, há planejamento da Administração para implementação? Em caso positivo, apresentar cronograma e medidas previstas.

JUSTIFICATIVA



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

O presente requerimento possui fundamento no dever constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, especialmente diante dos princípios da legalidade, moralidade administrativa, eficiência, publicidade e proteção à dignidade da pessoa humana, previstos nos artigos 1º, inciso III, e 37 da Constituição Federal.

A Administração Pública possui obrigação legal e institucional de garantir ambiente de trabalho seguro, saudável, equilibrado e livre de práticas abusivas capazes de comprometer a integridade física e psicológica dos servidores públicos.

A Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, em seu Capítulo V, estabelece diretrizes relacionadas à segurança e medicina do trabalho, servindo de base para as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Recentemente, a Portaria MTE nº 1.419/2024 promoveu atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), especialmente no capítulo referente ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais — GRO, passando a reconhecer expressamente a necessidade de identificação, prevenção e gerenciamento dos chamados riscos psicossociais no ambiente laboral.

Tais riscos abrangem situações como:

assédio moral;

assédio institucional;

perseguições funcionais;

sobrecarga excessiva;

pressão psicológica;

metas abusivas;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

exclusão deliberada;

humilhações reiteradas;

isolamento profissional;

constrangimentos silenciosos;

ambientes organizacionais tóxicos;

violência psicológica no ambiente de trabalho.

Importante destacar que o assédio moral institucional nem sempre ocorre de maneira explícita ou mediante agressões verbais diretas, podendo manifestar-se de forma silenciosa, gradual e reiterada, através da exclusão de reuniões, retirada injustificada de funções, descrédibilização profissional, perseguições internas, isolamento funcional, disseminação de boatos, tratamento discriminatório, constrangimentos velados e práticas destinadas ao enfraquecimento psicológico do servidor.

A Lei Federal nº 14.457/2022 trouxe importantes avanços relacionados à prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho, estabelecendo mecanismos preventivos, canais de denúncia e medidas de orientação institucional, reforçando o dever dos empregadores e gestores públicos quanto à proteção da integridade física, psicológica e moral dos trabalhadores.

Embora a legislação tenha foco inicial nas relações celetistas, seus princípios dialogam diretamente com os deveres constitucionais da Administração Pública, especialmente no que se refere à dignidade da pessoa humana, moralidade administrativa, eficiência e proteção da saúde do servidor público.

Tais condutas, além de afrontarem os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, valorização do trabalho e moralidade administrativa, podem configurar verdadeira violência psicológica institucional, contribuindo diretamente para adoecimento



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

mental, afastamentos laborais, perda de produtividade, aumento de despesas públicas e deterioração do ambiente organizacional.

Além disso, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais estabelece dever da Administração quanto à preservação das condições adequadas de trabalho, proteção à saúde do servidor e prevenção de situações que comprometam sua integridade física e psicológica.

O crescimento expressivo de afastamentos relacionados à ansiedade, depressão, burnout e demais transtornos emocionais demonstra a necessidade urgente de implementação de políticas públicas preventivas, protocolos institucionais claros e mecanismos efetivos de acolhimento e combate ao assédio no serviço público.

A omissão estatal diante de práticas abusivas reiteradas pode contribuir para o adoecimento psicológico de servidores, aumento de afastamentos, prejuízos ao serviço público e possível responsabilização administrativa, civil e institucional dos gestores responsáveis.

A ausência de medidas preventivas adequadas pode gerar:

responsabilização administrativa;

ações judiciais indenizatórias;

aumento de afastamentos;

prejuízos à eficiência do serviço público;

impactos financeiros ao erário;

responsabilizações perante órgãos de controle e fiscalização.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Dessa forma, compete ao Poder Legislativo fiscalizar quais medidas efetivamente vêm sendo adotadas pelo Município para garantir ambiente de trabalho digno, saudável, seguro e compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 01 de junho de 2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

PROTOCOLO 00548/2026 -01/06/2026

LIDO E APROVADO EM S.O – 02- 06-2026